

## **Ata da 103ª Reunião Ordinária do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar (COPISS)**

Iniciada às 14h30min do dia 28 de maio de 2021, remotamente, via plataforma do Microsoft Teams, a 103ª reunião ordinária do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar (COPISS). A reunião foi coordenada pela Gerente de Padronização, Interoperabilidade e Análise de Informação – GEPIN/DIRAD/DIDES/ANS, Srª Celina Maria Ferro de Oliveira e contou com a presença de representantes das instituições componentes do COPISS. Participaram da reunião: Adalberto Baccarin (UNIODONTO DO BRASIL), Ana Maria De Oliveira Santos Cardoso (ABRAMGE), Bruno Maciel (ABRAMED), Carlos Moura (CBR), Cleso André Guimarães Júnior (CFO), Fernanda Ceneviva De Athayde Monseur (SINOG), Gilberto Cunha Galletta (ANAHP), Joao Carlos Magalhaes (COFFITO), José Fernando Macedo (AMB), Juliana Marina Da Silva Guimarães (FENASAÚDE), Luis Kiatake (SBIS), Marlene Izidro Vieira (FENAFISIO), Matheus Zuliane Falcão (IDEC), Miyuki Goto (AMB), Rachel Campos Moreira (UNIDAS), Rosana Pinto (DATASUS/RJ), Vagner Marciliano (FENASAÚDE), Valdirene Batista Ribeiro Costa (CFFa). Na ausência do representante titular e suplente, esteve presente como representante pontual: Fabio Câmara (UNIMED DO BRASIL), Leandro Del Grande Cláudio (Secretaria De Atenção Especializada À Saúde/Ministério da Saúde), Leonardo Barberes (FBH). Na condição de convidados das entidades, estiveram presentes: Adriana Rabelo Pires Regis (UNIMED DO BRASIL), Camila Castioni Secundino (ABRAMGE), Cristina Gama Dias (FBH), Gilberto Bosco Neto (SINOG), Jansen Nogueira Pereira (FENASAÚDE), Luiz Sérgio P. Grillo Júnior (AMB), Sandro Diniz (FENASAÚDE), Thiago Franchi Nunes (CBR). Participaram da reunião os técnicos da Gerência de Padronização, Interoperabilidade e Análise de Informação (GEPIN/DIDES/ANS) e demais técnicos da ANS: Cláudia Soares Zouain (ANS/DIDES), Fernando Luiz Peixoto Guimarães (ANS/DIDES), Gabriela Menezes Gatto (ANS/DIDES), Jeane Regina de Oliveira Machado (ANS/DIPRO), Jorge Luiz Pinho (ANS/DIDES), José Cândido Monteiro Barbosa (ANS/DIDES), Júlio Di Maio (ANS/DIDES), Luciana Hava Novaes (ANS/PRESI), Marluce Cristina Iotte de Almeida Chrispim (ANS/DIDES), Mayara Pereira Guimaraes (ANS/PRESI) e Telma Therezinha Moraes Alves (ANS/DIDES). Srª Celina iniciou a reunião convidando os participantes a se apresentarem e informarem a entidade a qual representam, dando sequência aos itens de pauta, referentes ao Plano de trabalho para 2021: **1) LGPD e Padrão TISS**: Sr. Fernando apresentou a posição atual da versão LGPD, informando que estão em análise as contribuições recebidas da Abramge, FenaSaúde e Unimed do Brasil. Informou também que será enviado rascunho do componente

de Comunicação (XSD), juntamente com nova versão de rascunho dos demais componentes. A expectativa de publicação é até o fim de junho de 2021, com início de vigência em 01/07/2021 (exceto para o envio de dados para ANS) e fim de implantação em 30/06/2022. Representantes da ANS acrescentaram os ajustes nos componentes de Segurança e Privacidade e que será disponibilizada uma prévia do componente de Comunicação aos representantes, antes da publicação oficial. Solicitado aos representantes das entidades que avaliem e retornem à ANS qualquer necessidade de alteração verificada. Sr. Gilberto Bosco solicitou que ANS publique a planilha de avaliação inicial das discussões juntamente com o componente de Conteúdo e Estrutura, embora não esteja previsto no Padrão. Representantes da ANS irão avaliar a proposta e, em caso afirmativo, deve ser disponibilizado junto a outros arquivos auxiliares, evitando publicar no componente de Conteúdo e Estrutura, a fim de evitar confusão. **2) Biometria facial:** Sr. Júlio apresentou proposta de a SBIS realizar pesquisa no mercado da utilização da biometria facial e consolidar uma proposta técnica para ser submetida ao GT de Segurança e Privacidade do COPISS, semelhante ao trabalho realizado com a biometria digital. Sr. Kiatake solicita a participação de entidades dispostas a se juntar à SBIS para tratar de assuntos técnicos sobre biometria facial, além de sugerir que prestadores e operadoras interessados encaminhem à ANS uma lista com os responsáveis de fornecedores e soluções a fim de otimizar relacionamento com quem vai efetivamente implementar. ANS comprometeu-se em enviar um Comunicado solicitando essa informação para repassar ao Sr. Kiatake. **3) TUSS de Procedimentos:** ANS propõe acatar solicitações de inclusões de procedimentos novos (que ainda não possuem códigos) e, para solicitações de alterações ou desdobramentos a partir de códigos já existentes, incluir os códigos novos sem inativar os códigos já existentes, após avaliação do impacto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Reiterada a premissa de que procedimentos presentes no Rol não serão excluídos da TUSS. A atualização da TUSS é de responsabilidade da ANS e não deve ficar defasada em relação à CBHPM, lembrando que o fato de o procedimento estar na TUSS não significa que aquele procedimento está contratualizado entre prestador e operadora. Representante do CBR solicitou que ANS envie o *backlog* dos procedimentos que se encontram em avaliação pela Agência. Representante da AMB destacou atenção às solicitações da Medicina Nuclear para Diárias e Taxas e sugere que a ANS convide os membros do COPISS para participar de discussões da Câmara Técnica da CBHPM. Representante da Unimed do Brasil concordou com a proposta de inclusão de novos procedimentos, desde que haja um prazo antes da publicação para os representantes do COPISS se manifestarem em contrário, caso julguem e argumentem tecnicamente a oposição de entrada do novo procedimento na TUSS. FenaSaúde solicitou que as justificativas apresentadas pelas Sociedades na Câmara Técnica da CBHPM

sejam, de alguma forma, repassadas aos membros do COPISS. Sr<sup>a</sup> Celina sugeriu que entidades façam uma conexão dos seus representantes que participam nas discussões da Câmara Técnica da CBHPM com os que participam junto ao COPISS/ANS. **4) TUSS de OPME:** **a) DMI (desdobramentos de modelos):** tabela de grande volume de registros, na qual é necessário identificar sua funcionalidade junto ao mercado. ANS irá desenhar uma nova proposta; **b) Material de consumo:** necessária retomada da discussão; **c) Formato de publicação:** recebidas algumas críticas quanto a forma de publicação em planilhas de Excel fragmentada por tipo de material. **5) Modelos de remuneração:** Identificados pontos de discussão como a adequação das mensagens do Padrão a modelos de remuneração adotados no mercado; o envio de informações à ANS referentes aos projetos incentivados pela Agência, como Parto Adequado e Atenção Primária à Saúde (APS); e a identificação dos modelos de remuneração, e respectivos valores envolvidos, no envio de dados do Padrão TISS. Abordado que a ANS tem investido bastante em propostas e projetos, por parte das operadoras, em mudanças de modelos assistenciais e de remuneração e, portanto, faz-se necessário identificar quais mudanças são necessárias no Padrão TISS, a fim de contemplar esses novos modelos de remuneração. Destacada a sinalização de que operadoras estão com dificuldade de passar esses dados para a ANS e, portanto, parte desse assunto deve ser elaborado em reuniões do COPISS. Entidades do COPISS precisam levantar junto a seus representados e retornar à ANS, apresentando as informações, visto que, eventualmente, o que o Padrão oferece pode não atender. Sr. Sandro citou a importância de alinhar a discussão de modelos de remuneração com o plano de contas do DIOPS. Sr. Bruno apontou a necessidade de mapear as dificuldades no mercado e retornar ao COPISS, pois talvez o mercado esteja com dificuldade de utilizar os modelos já estabelecidos. Sr. José Fernando informou sobre a criação de Câmara de Remuneração e Saúde Suplementar, com pretensão de chamar as operadoras de saúde para discussão de todos os modelos de remuneração. Estão trabalhando em modelos de remuneração sob o ponto de vista da defesa profissional e irão trazer o debate oportunamente ao COPISS. **6) Padronização de terminologia (Loinc e outros) e Padronização da solicitação de exames e da prescrição eletrônica:** Identificados como pontos de discussão as expectativas do mercado quanto à utilização dessas terminologias na saúde suplementar; e possíveis impactos das iniciativas do Ministério da Saúde - Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), Conecte SUS, entre outros. Sr. Kiatake discorreu que RNDS trouxe a necessidade de uso do formato Loinc, inclusive com normativo que estabelece prazo de sessenta dias para adequação dos laboratórios. Lembrado que com a prescrição eletrônica, o tema gestão de terminologia de medicamentos vem à tona e SBIS fez solicitação ao Ministério da Saúde, incorporando diversos termos de medicamentos. Destacou ainda que a

governança para manter terminologias é muito parecida e se faz necessária revisão de terminologias, alinhamento dos códigos TUSS com o Loinc e proposta de processos de governança, iniciando com o Loinc. SBIS está também em contato com a Câmara Técnica de Saúde Digital da AMB, tratando assuntos como telemedicina e prescrição eletrônica. Representante da Abramed informou que irá conduzir atualização do Loinc BR frente a todos os novos exames que apareceram, para contribuir com os prestadores de medicina diagnóstica. Solicitou auxílio da ANS para discutir estratégia de interconexão da TUSS, Padrão TISS e Loinc (necessidade posta pela RNDS) para codificação de exames, a fim de convergir com os padrões adotados pelo MS/RNDS e evitar situações de De-Para, por meio de discussão no COPISS sobre esse tema. O assunto ainda será levado ao Comitê da Abramed. Representante do CFO pontuou iniciativa do prontuário digital dentro do Conselho e solicitou apoio da SBIS, tendo resposta afirmativa do Sr. Kiatake. Sr. Gilberto Bosco atentou para a previsão no Padrão TISS de impressão da guia de SP/SADT ao beneficiário e a inadequação do texto no Organizacional, propondo tornar essa guia com assinatura digital. Sr<sup>a</sup> Celina responde sobre a não necessidade de ser em guia SP/SADT e encaminha revisar texto do Organizacional sobre uso de papel. Sobre o assunto, Sr. Kiatake lembrou que esteve aberta recentemente Consulta Pública da ANVISA sobre regulamentação da prescrição eletrônica. **7) Qualificação dos prestadores e operadoras que utilizam sistemas com garantias mínimas de segurança e funcionalidade:** O objetivo é abrir a possibilidade de demonstrar que as operadoras estão disponibilizando os webservices, listando pontos funcionais e de segurança. Em relação à mensagem prestador-beneficiário-prestador, foi lembrado que são funcionalidades que podem estar presentes no processo de qualificação dos prestadores, mesmo não sendo obrigatório. Além disso, o tema é intrinsecamente relacionado à RNDS. Sr. Bruno acrescentou que Abramed irá fazer pesquisa junto aos associados para ver grau de aderência ao TISS e o resultado será trazido ao COPISS. Os encaminhamentos sobre **LGPD e Padrão TISS** foram a expectativa de publicação até o fim de junho de 2021, com início de vigência em 01/07/2021 (exceto para o envio de dados para ANS) e fim de implantação em 30/06/2022, com ajustes nos componentes de Segurança e Privacidade e disponibilização prévia do componente de Comunicação aos representantes, antes da publicação oficial. Representantes das entidades comprometeram-se em avaliar e retornar à ANS qualquer necessidade de alteração verificada. Sobre **Biometria facial**, SBIS irá realizar pesquisa no mercado da utilização da biometria facial e consolidar proposta técnica para ser submetida ao GT de Segurança e Privacidade do COPISS, semelhante ao trabalho realizado com a biometria digital. Sobre **TUSS de Procedimentos**, ANS irá acatar solicitações de inclusões de procedimentos novos. Solicitações de alterações ou desdobramentos a partir de códigos já

existentes, serão incluídos os códigos novos sem inativar os códigos já existentes, após avaliação do impacto no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Procedimentos presentes no Rol não serão excluídos da TUSS. Sobre **TUSS de OPME**, para DMI, a ANS irá desenhar uma nova proposta; para Material de consumo será retomada a discussão; e para o formato de publicação, ANS irá avaliar algumas críticas recebidas quanto a forma de publicação em planilhas fragmentadas. Sobre **Modelo de remuneração**, como parte no rascunho da próxima versão, na mensagem de envio de dados para a ANS e nova terminologia de Modelos de Remuneração. Sobre **assuntos relacionados à RNDS**, acordado de na próxima reunião do COPISS Coordenador trazer o assunto, se possível com participantes do DATASUS, a fim de apresentar os projetos de saúde digital. Necessidade de pensar estratégia de uso do Loinc a partir da visão do setor. Sobre **qualificação dos prestadores e operadoras**, interessante chamar um Grupo de Trabalho para uma discussão mais técnica, relacionando esse ponto ao assunto sobre **automação em relação a autorização e conciliação de demonstrativos via sistema**, sugerido em reunião anterior por representante do CBR. **Informes da ANS:** a) **Publicação da Consulta Pública da ANPD**, cujas sugestões deverão ser enviadas eletronicamente até o dia 28/06/2021, exclusivamente por meio da plataforma Participa Mais Brasil, disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/participamaisbrasil/norma-de-fiscalizacao-da-anpd>; b) **Criação da Comissão da ANVISA sobre DMI** com os objetivos de definir o conjunto de atributos técnicos dos dispositivos médicos previamente selecionados para monitoramento econômico pela ANVISA; identificar, para cada atributo técnico, todas as variações possíveis existentes no mercado brasileiro; e avaliar as sugestões de atualização do conjunto de atributos técnicos e suas variações. **Informes do setor:** Sr. Kiatake trouxe como informe assuntos dos Projetos de lei sobre telemedicina e telessaúde, que tramitam, em separado, na Câmara; informou estar acompanhando Resolução do CFM sobre telemedicina; além do Projeto de lei PL nº 3814/2020, do Senado Federal, sobre digitalização de documentos em saúde, o que corrobora com a RNDS. A reunião foi encerrada às 17:20, horário de Brasília.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2021.